

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### REQUERIMENTO N.º           , DE 2007

(Do Sr. Deputado **Wandenkolk Gonçalves**)

Requer a realização de Audiência Pública, com a presença dos convidados infracitados, para debater questões relativas à crise do setor de ferro-gusa de Marabá/PA e Açailândia/MA.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno, sejam convidadas as pessoas infracitadas para debater, em Audiência Pública, questões relativas à crise do setor de ferro-gusa de Marabá/PA e Açailândia/MA:

- Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização do Senado Federal;
- **José Carlos Martins**, Diretor Executivo de Ferrosos da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD;
- **Tito Martins**, Diretor de Assuntos Corporativos e Energia da CVRD;
- **Vicente Wright**, Diretor de Vendas Américas e Administração Comercial da CVRD;
- **Isaura Maria Vieira Pinho**, Gerente Geral de Engenharia e Tecnologia Ambiental da CVRD;
- **Demétrius Fernandes Ribeiro**, Diretor-Presidente da Usina Siderúrgica do Maranhão – USIMAR;

- **Luiz Carlos Monteiro**, Presidente da Companhia Siderúrgica do Pará – COSIPAR;
- **Roberto Messias Franco**, Diretor de Licenciamento Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- **Marcílio de Abreu Monteiro**, Superintendente do IBAMA em Belém;
- **Ademir Martins dos Reis**, Gerente Executivo do IBAMA em Marabá;
- **André Lima**, Diretor de Articulação de Ações para a Amazônia do Ministério do Meio Ambiente – MMA;
- **José Cristiano Martins Nunes**, Superintendente Regional do INCRA no Pará;
- **Raimundo Monteiro dos Santos**, Superintendente do Regional do INCRA no Maranhão;
- Deputado Estadual **João Salame**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará;
- Deputado Estadual **Penaldon Jorge**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão;
- **Valmir Gabriel Ortega**, Secretário de Estado de Meio Ambiente do Estado do Pará;
- **Othelino Nova Alves Neto**, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão;
- **Sebastião Miranda Filho**, Prefeito de Marabá, filiado à Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins – AMAT;
- **Marcos Santos**, Presidente da Câmara de Vereadores de Marabá;

- **Ildemar Gonçalves dos Santos**, Prefeito de Açailândia;
- **Carlos Alberto Miranda da Costa**, Presidente da Câmara de Vereadores de Açailândia;
- **Eraldo Pimenta**, Prefeito de Uruará e do Consórcio Belo Monte;
- **José Conrado Azevedo Santos**, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA;
- **Jorge Machado Mendes**, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA
- **Afonso Agenor Albuquerque Oliveira**, Presidente do Sindicato das Indústrias de Ferro-Gusa do Estado do Pará – SINDIFERPA;
- **Ricardo Nascimento**, Presidente do Sindicato das Indústrias de Ferro-Gusa do Estado do Maranhão – SIFEMA;
- **Ivo Borges de Freitas**, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Pará – SIMETAL;
- **Joaquim Ramos**, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Açailândia – ACIA; e
- **Marcos Tintore**, Presidente do Sindicato do Ferro de Açailândia – SIFA

Ressalto que, anteriormente, propus o REQ-29/2007 requerendo a criação de grupo de trabalho destinado a debater e propor alternativas para a grave crise que já se prenunciava. Tal requerimento foi aprovado por esta Comissão em 28/03/07, com adendo que estende o tema às atividades que atingissem o Estado do Maranhão.

Todavia, pouco se avançou na discussão do assunto, que se tornou urgente em face da ameaça de suspensão, pela CVRD, do fornecimento de matéria-prima às usinas de ferro-gusa da região de Marabá, a

partir de 1º de setembro do corrente, à alegação de descumprimento das normas ambientais. Tal medida afetaria de maneira significativa a geração de renda e emprego na região de Marabá.

Mesmo com o retorno do fornecimento da matéria-prima, o problema não foi de todo sanado, e este Parlamentar pretende aprofundar as discussões, objetivando a elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC ou medidas alternativas, que permitam a continuidade das atividades e, ao mesmo tempo, assegurem que elas se processem sem danos ao meio ambiente.

Pelo exposto, estou certo de contar com o apoio de todos os membros desta Comissão para o requerimento que ora apresento.

Sala da Comissão, 24 de outubro de 2007.

Deputado **Wandenkolk Gonçalves**  
(PSDB-PA)